

Resolução da Negritude ao 7º Congresso Nacional do Partido Socialismo e Liberdade

O sociometabolismo do capitalismo mundial engendra ideologias conservadoras que dominam a cena da sociedade contemporânea. No Brasil, o governo Bolsonaro vem fazendo com que a vida da população negra brasileira fique ainda mais ameaçada. As elites do país, que sempre estiveram em guerra contra o povo negro, têm imposto saltos à política genocida com o avanço da legislação penalista (a exemplo do pacote anticrime de Sérgio Moro), de retirada de direitos (trabalho intermitente, as reiteradas tentativas de fazer valer a "carteira verde e amarela" e sem direitos, a redução do Bolsa Família, desmonte da Política de Saúde da População Negra e do SUS) e a luta ideológica para apagar os avanços históricos que o povo preto conquistou (como a atual gestão da Fundação Palmares tenta reescrever a história do racismo no país e combate a aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, respectivamente do ensino da contribuição africana e indígena para o desenvolvimento brasileiro; além do desmonte completo das históricas políticas de promoção de igualdade racial sustentadas no âmbito da SEPPIR, estrutura devastada pela ala ideológica do Governo Bolsonaro sob o comando da ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damarens Alves);

O avanço do agronegócio sobre territórios indígenas e quilombolas, outra face do racismo estrutural e ambiental que busca dizimar não só o direito à terra e à territorialidade, mas apropriar para o capital os saberes e tecnologias de relação com a natureza, processos curativos, de produção agroecológica e agrofamiliar, além de completar o projeto genocida de branqueamento populacional por meio do extermínio direto desses povos - haja vista a ação de exclusão de milhares de indígenas e quilombolas do Programa Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19, a tentativa de impor o marco temporal e a suspensão do reconhecimento de territórios quilombolas desde 2019;

Que a realidade da pandemia massacra ainda mais a população negra, excluída desde o início do direito ao isolamento e distanciamento social em razão das moradias e empregos precários, do desemprego, da volta da fome e do flagelo do aumento da população em situação de rua, além da política vacinal que priorizou grupos já privilegiados da sociedade brasileira e faz com que hoje haja duas vezes mais brancos do que negros vacinados enquanto uma pessoa preta tem 63% mais risco de morrer em decorrência da covid;

Que o genocídio negro também aumentou na pandemia, por meio da violência policial e do encarceramento - tendo como os mais tristes exemplo a Chacina do Jacarezinho, os assassinatos dos meninos João Pedro (RJ) e Lucas (ABC) dentro de suas próprias casas, além da baixa taxa de vacinação da população carcerária, que continua confinada em unidades superlotadas mesmo em uma época de pandemia e a incursão policial acontece mesmo com a posição contrária do STF.

Da mesma forma, o abismo sociorracial se evidenciou também no crescimento do feminicídio (em 2020 duas em cada três vítimas eram mulheres negras) e da mortalidade materna negra durante a pandemia e sem perspectiva de mudar esse cenário, e foram as crianças e a juventude negras que tiveram a maior perda educacional pela falta de estrutura tecnológica, acesso a internet e condições socioeconômicas que impôs maior evasão

escolar para contribuição na busca por sobrevivência diante da insegurança alimentar que afeta 113 milhões de brasileiros e brasileiras;

Que a onda conservadora fez crescer também os ataques às religiões de matriz africana e símbolos da religiosidade negra nas cidades, aqui caracterizado de racismo religioso;

Que o processo golpista de viés neofascista tem como marco a execução sumária de nossa companheira e vereadora carioca Marielle Franco, num feminicídio político que acabou por ceifar também a vida do motorista Anderson Gomes. Não à toa, Marielle foi a vítima de um crime cruel que tinha também como objetivo atingir os símbolos e lutas que o PSOL representa na sociedade brasileira, ou seja, a sua execução também foi e é um ataque às lutas antirracistas, por direitos humanos, antiLGBTfóbicas e feministas. É o que reafirmam os sucessivos ataques e episódios de violência política contra nossas parlamentares negras cis e trans e também parlamentares negras de outras legendas progressistas;

Que atuação do PSOL no processo de revisão programática da esquerda anticapitalista, avançando no reconhecimento da centralidade do debate racial e de gênero para compreensão da dinâmica da luta de classes, do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e para a superação do modo de produção capitalista dependente de características oligárquicas, atrelado ao trabalho em regime análogo à escravidão e estruturalmente mais desigual para a maioria não branca da classe trabalhadora;

Que o avanço da crise gerou também o crescimento da mobilização da juventude e da classe trabalhadora negra, que em primeiro lugar por ser o setor mais atingido retomou os protestos de rua na luta contra o genocídio e pelo auxílio emergencial durante a pandemia, articulados por diversos fóruns, destacando-se aí a Coalizão Negra por Direitos. Isto abriu espaço para os massivos atos pelo "Fora Bolsonaro" - seguindo o exemplo da negritude que barrou a reeleição de Trump nos EUA por meio dos manifestos Black Lives Matter oriundos do assassinato de George Floyd e protagonizou os levantes revolucionários no Sudão e no Haiti. E que ao PSOL são exigidas as tarefas de produzir respostas efetivamente antissistêmicas e antirracistas para enfrentar a crise do capital e se construir como alternativa de esquerda e socialista dirigente, nos locais de trabalho e de moradia da maioria negra da classe trabalhadora e de estudo da juventude.

O 7º Congresso Nacional do PSOL resolve:

Avançar no cumprimento da cota racial mínima de 30% de negros e negras na direção nacional e nas direções estaduais e municipais, associando a esse percentual a estruturação de uma política de formação interna de lideranças negras, a ser desenvolvida pelo Setorial Nacional em conjunto com a Fundação Lauro Campos & Marielle Franco;

Reafirmar o compromisso do PSOL – especialmente a partir do diálogo com suas bancadas legislativas federais, estaduais e municipais – para estruturar ações de militância e solidariedade junto à classe trabalhadora. Nesse sentido, a campanha PSOL contra a fome será, a partir deste Congresso, conduzida em diálogo com a comissão Pró-Reorganização da Setorial de Negros e Negras;

O Diretório Nacional e Diretórios Estaduais vão acompanhar o processo de organização da nossa política eleitoral, a fim de garantir a centralidade do debate racial e políticas antirracistas nos programas eleitorais do partido, e que as candidaturas negras estejam nas faixas prioritárias do Fundo Eleitoral;

Avançar no debate sobre a proporção de recursos do Fundo Eleitoral , bem como da possibilidade de percentual mínimo de candidaturas negras, com a definição de uma política sobre o assunto no Encontro Nacional de Negros e Negras;

Avançar na garantia de que a cota de 30% de negras e negros na Direção do partido se reflita também na composição da Diretoria da Fundação Lauro Campos e Marielle Franco;

Constituir a Comissão Nacional Provisória de Reorganização do Setorial de Negras e Negros de acordo com a proporção das delegações eleitas ao 7º Congresso Nacional do partido;

Assegurar, via EN e DN, que o Encontro Nacional de Negras e Negros do PSOL seja construído com etapas municipais/regionais e estaduais, nos mesmos moldes do 7º Congresso do partido e do Encontro do Setorial de Mulheres, possibilitando a ampliação da formulação antirracista do partido desde a base e com participação do maior número possível de filiados e filiações nas discussões;

Assegurar apoio político e financeiro à construção do Encontro de Negras e Negros do PSOL – concretizando o repasse de 5% do fundo partidário ao Setorial de Negras e Negros e viabilizando a estrutura necessária para a realização do Encontro;

Assegurar espaço de divulgação no site nacional do partido para postagem de textos, notícias e semelhantes para que a Comissão Nacional Provisória de Reorganização do Setorial de Negras e Negros possa utilizar.

Assegurar que as candidaturas do PSOL expressem posicionamento categórico contra a repressão e abuso policial, como também pelo fim do genocídio da juventude negra;

Que é tarefa de todo o partido combater o racismo religioso e a violência contra os povos de terreiro, por meio de iniciativas parlamentares e jurídicas, a exemplo da ADI 2232470/TJSP.

Assinam essa resolução:

Primavera Socialista, Revolução Solidária, Insurgência, Resistência, Subverta, Liberdade Socialismo e Revolução(LSR), Movimento Esquerda Socialista(MES), Fortalecer o PSOL, Ação Popular Socialista(APS), Comuna e militantes independentes.